

LEI N.º 1.697, DE 9 DE MARÇO DE 1998.

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 1998/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais no uso da atribuição que lhe confere o art. 96, III, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 1998/2001, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração Pública Municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma do Anexo.

Parágrafo único Às prioridades e metas para 1998 são as constantes da Lei Orçamentária para aquele exercício.

Art. 2º O Poder Executivo enviará à Câmara Municipal, até cento e vinte dias após o encerramento de cada exercício financeiro, relatório circunstanciado sobre a execução deste Plano Plurianual.

Parágrafo único O relatório de que trata este artigo evidenciará, para cada ação do Plano Plurianual, os créditos orçamentários correspondentes e qualificará a respectiva execução física e financeira, no exercício findo e acumuladamente.

Art. 3º O Plano Plurianual de que trata esta Lei somente poderá ser modificado por lei específica.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Unaí, 9 de março de 1998.

JOSÉ BRAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

ADELSON JOSÉ DA SILVA
Chefe de Gabinete

JOSÉ GOMES BRANQUINHO
Secretário Municipal da Fazenda

1998 – 2001
(Anexo)
DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS

I . DIRETRIZES DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

Este Plano Plurianual (PPA) de Unaí, para o período 1998/2001, tem como premissa básica a necessidade de consolidação do Município como pólo de desenvolvimento regional. A organização administrativa interna dos Poderes Públicos estabelecidos, somada às ações políticas centradas na obtenção e no carreamento de investimentos públicos e privados para o município, deve permitir a deflagração de uma fase sustentada de desenvolvimento, capaz de fornecer as condições para esta consolidação.

Dentre inúmeras preocupações, três orientarão a ação do Governo Municipal no período 1998/2001: a efetiva construção de uma estrutura administrativa moderna, ágil e eficiente; a redução dos desequilíbrios sociais e espaciais do município; e a busca de investimentos produtivos para incremento da economia local.

I. 1 DAS ESTRATÉGIAS

Associadas à estratégia de construção de uma estrutura administrativa moderna, ágil e eficiente, estão as seguintes Diretrizes da Ação do Governo para o período 1998/2001: aquisição de eficiência no gasto público, com ênfase no bloqueio de desperdícios e na construção da qualidade e da produtividade dos serviços públicos municipais; treinamento e instrução de servidores para profissionalização nas carreiras, e desempenho consciente de seu papel como agente fomentador do desenvolvimento local; formação de recursos humanos com grau de conhecimento satisfatório para gestão das finanças públicas municipais; aquisição de tecnologias aplicáveis à execução de trabalhos burocráticos para permitir a manutenção compatível entre o número de servidores e as necessidades básicas de cada setor do serviço público local; manutenção das crianças nas escolas, mediante programa de apoio à família do educando, através de bolsa escola.

Associadas à estratégia de redução dos desequilíbrios sociais e espaciais do município, estão as seguintes Diretrizes da Ação do Governo para o período 1998/2001: criação de novas oportunidades de ocupação da força de trabalho; formação profissional dos jovens para ingresso na área da produtividade agrícola e daquelas que demandem conhecimento na área da informática; fortalecimento da base de infraestrutura das regiões de Palmeirinha, Garapuava, Pedras, Núcleo de Colonização Rio Preto, entre outras, especialmente com a melhoria das unidades escolares e de saúde, a extensão da rede de energia elétrica, e a melhoria das estradas vicinais, para reduzir o atual isolamento e permitir uma exploração econômica mais produtiva; ampliação da disponibilidade dos serviços básicos de saúde para melhoria do atendimento da população, no próprio município; incentivo ao trabalho e à produtividade do pequeno, do médio e do grande produtor e do trabalhador rural, com apoio aos programas de outras esferas governamentais para acesso à terra dos agricultores dela desprovidos; melhoria das condições de vida das famílias de baixo poder aquisitivo, em situação de risco, no que concerne à habitação, alimentação, saneamento, assistência social e acesso aos serviços urbanos. Associadas à estratégia de Busca de Investimentos estão as seguintes Diretrizes da Ação do atração de capitais privados para novos empreendimentos agropecuários através da divulgação das potencialidades econômicas locais; consolidação do

Distrito Industrial, dotando de infraestrutura adequada para receber novos empreendimentos da iniciativa privada; favorecimento de setores agroindustriais para o efetivo estabelecimento de atividades geradoras de emprego e renda através de doação de terrenos urbanizados, isenção de tributos por prazo determinado, e outras vantagens suportáveis e compensatórias; levantamento das potencialidades agroeconômicas para divulgação através de imagens e textos como atrativo de investimentos do capital privado passíveis de contribuir na estruturação de um polo multiprodutivo; melhoria e ampliação da infraestrutura urbanística, áreas de lazer e recreação e dos serviços de abastecimento e de saneamento; melhoria educacional, com ênfase na educação profissionalizante, para especialização de mão de obra;

I. 2 DA ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

II.

O Plano Plurianual (PPA) para o período 1998/2001 terá, pelo seu caráter consolidador, também como prioridades, o investimento em infraestrutura urbanística e a capacitação de recursos humanos. A alocação de recursos municipais nessas duas áreas será direcionada preferencialmente para os aglomerados urbanos, carentes de investimentos modificadores da situação de abandono e estagnação preexistentes.

Sob o aspecto setorial, as prioridades serão dadas da seguinte forma: Nas áreas de saneamento básico, educação e saúde, a alocação de recursos do município será orientada preferencialmente para ações das quais resultem respostas imediatas na ampliação e melhoria dos serviços colocados a disposição da população;

Nas áreas da industrialização os recursos serão destinados preferencialmente para inversões em infraestrutura de suporte, capacitação de mão de obra e habilitação de recursos humanos, e na renúncia fiscal em favor da atração de investimentos geradores de emprego e renda;

Na área da agricultura, a alocação de recursos se fará prioritariamente para aquisição de técnicas de produção, o reassentamento de trabalhadores rurais e sua capacitação para produzir alimentos, e busca do estabelecimento de um pólo agroindustrial multidiversificado.

Na área de recursos hídricos, a alocação dos recursos deve ser direcionada aos investimentos para preservação das fontes naturais, visando garantir reserva destinada à irrigação.

Na área de desenvolvimento social, os recursos devem ser aplicados em favor do amparo aos setores mais carentes da população municipal sob a orientação do conselho próprio, e ao apoio da formação de entidades não governamentais voltadas para atuação junto aos segmentos populacionais em situação de risco.

II OBJETIVOS E METAS DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

Os objetivos e as metas, apresentados de forma regionalizada, estão estruturados por áreas temáticas e por ações/projetos.

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA

Para inverter a falta de infraestrutura básica, o Governo Municipal tem como prioridade a alocação de recursos próprios e a busca de parceria junto aos órgãos do governo estadual para dotar o Município de serviços e obras mínimos para alavancar seu desenvolvimento.

Os principais objetivos para o período 1998/2001 são os seguintes:

Na área dos transportes ampliação e conservação da frota de equipamentos e máquinas rodoviárias para execução direta dos serviços e obras de recuperação e manutenção das estradas e logradouros

municipais; construção de pontes sobre cursos d'água; melhorias na “grade” das rodovias municipais,, incluindo execução de obras de drenagem, artes correntes e revestimento primário; conservação e manutenção adequada do revestimento primário, – incluindo alargamento, drenagem, obras de arte corrente, – das estradas vicinais de escoamento da produção leiteira e agrícola, com apoio estratégico aos ramais de acesso a propriedades produtivas; concessão à iniciativa privada do transporte coletivo urbano e intramunicipal; gestões políticas visando a pavimentação da rodovia estadual MG188, entre Unaí/Divisa com Goiás; gestões políticas junto ao Governo do Estado de Minas Gerais com vistas a transferir para a jurisdição do DERMG

a conservação e manutenção das estradas de acesso aos Municípios de Uruana de Minas (via Fazenda Renascença), Natalândia (via Caraíbas) e Cristalina; planejamento e implantação do sistema viário urbano, com sinalização semaforica e estatigráfica e controle e segurança do tráfego urbano; pavimentação de vias urbanas, especialmente nos Bairros Novo Horizonte, Nova Canaã, Iuna, Cidade Nova, Divinéia e Santa Luzia; recuperação das principais vias urbanas pavimentadas; implantação de zonas de estacionamento rotativo na parte central da sede do Município; Na área de energia expansão e instalação de novas linhas de transmissão para pequenos produtores na zona rural, com aproveitamento de projetos específicos do governo federal para o setor, incluindo o uso de fontes alternativas; expansão e ampliação da rede de iluminação pública e de distribuição para áreas periféricas das zonas urbanas da sede, dos distritos e povoados; gestões junto ao governo estadual e à concessionária para disponibilização de potência adequada para atender as necessidades dos projetos de irrigação e industrialização; Na área de comunicações apoio à entidade civil local para instalação de uma rádio comunitária na sede do Município;

RECURSOS HÍDRICOS

O município é bem servido de recursos hídricos, ainda preservados e despoluídos. Na área do planalto o aproveitamento dos mananciais como fonte para irrigação dos empreendimentos agrícolas é fato incontestado, cabendo ao governo municipal um gerenciamento que coíba a poluição e garanta o uso adequado.

Nesse sentido, atuará em parceria com órgãos estaduais e federais no controle de sua utilização pelos produtores, de forma a permitir o uso racional e a preservação das nascentes. A alocação dos recursos nesta área deve ser direcionada para a inalteração e preservação das microbacias, e para áreas em que haja déficit do balanço hídrico como barreira ao desenvolvimento agropecuário.

Os principais objetivos para o período 1998/2001 são os seguintes:

levantamento técnico real da disponibilidade de recursos hídricos em todo o território do município, e estabelecimento de plano diretor do uso adequado, com previsão dos problemas e riscos a serem evitados; apoio a criação de comitês de microbacias para preservação e proteção das cabeceiras, veredas e matas ciliares, bem como incentivo direto aos usuários à adoção de práticas sustentáveis de uso dos solos e controle de fontes de poluição. ações diretas para reservação e armazenamento de água pluvial em pequenos açudes e barragens, para facilitar a irrigação e visando o aumento do rebanho, especialmente de gado leiteiro; apoio na execução de obras de curvas de nível, em áreas agricultáveis com risco de erosão;

AGRICULTURA

A agricultura no Município convive com duas experiências distintas, como marca de desequilíbrio espacial e social: no planalto uma agricultura comercial, assistida por créditos bancários,

plenamente integrada ao mercado, embora a exploração seja apenas parcial e esteja aquém das possibilidades produtivas; de outro lado, numa parte do planalto e na maior parte da planície, praticase a agricultura de subsistência, marginalizada do processo de desenvolvimento e pouco capacitada, técnica e economicamente.

A alocação de recursos na área se fará prioritariamente para: aquisição de novas tecnologias de produção e assistência técnica direta aos produtores, o reassentamento de trabalhadores rurais e sua capacitação para produzir alimentos hortifrutigranjeiros, apoio à gestão das formas associativas e comunitárias de produção;

Os principais objetivos para o período 1998/2001 são os seguintes:

implantação e consolidação de novos projetos de assentamento em parceria com o Estado e a União, e entidades representativas dos beneficiários, para possibilitar o acesso de trabalhadores rurais locais à terra; promoção do aumento da eficiência, da competitividade e da melhoria da qualidade da produção agropecuária e das condições de vida dos lavradores, mediante ações conjugadas na área de extensão rural, educação e profissionalização de produtores e trabalhadores rurais; introdução de novas culturas alternativas, especialmente voltadas para o abastecimento e exportação de hortifrutigranjeiros, dotada de técnicas modernas para a produção em todas as estações do ano; proporcionar aos produtores interessados o acesso à assistência técnica, associativismo rural, sementes melhoradas e outros insumos, bem como apoiar o melhoramento genético dos rebanhos; incentivo à organização de entidades de classe patronal e dos trabalhadores rurais, como meio de alcançar a difusão das experiências individuais e a realização profissional das categorias formação de frota de veículos e máquinas agrícolas para apoio ao pequeno e médio produtor rural; implantação de novos métodos e tecnologias de produção; cooperação e apoio técnico e financeiro aos órgãos governamentais e não governamentais do sistema produtivo, especialmente Emater, Ima, Sindicatos, Cooperativas e outros; criação e manutenção de serviços e programas de aumento da produção e de abastecimento alimentar, de geração de empregos e renda, de melhoria das condições de infraestrutura econômica e social e de elevação do bemestar da população da zona rural;

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Dado o isolamento ao esgotamento da produtividade agrícola que ocorria no final da década de 60 e durante os anos 70, a estagnação e involução das atividades industriais e comerciais do Município foi consequência inevitável.

A ação governamental nesta área, ao lado de oferecer estímulos para atrair capitais produtivos para o território do município, e a par da proximidade de um mercado de consumo avantajado como a capital da República, apoiará o estabelecimento de novos empreendimentos, especialmente as micro e pequenas empresas voltadas para a transformação e comercialização da produção agropecuária local.

Os principais objetivos para o período de 1998/2001 são os seguintes; apoio à instalação de micro e pequenas empresas no Distrito Industrial e fomento às atividades artesanais, visando a desconcentração da atividade econômica, geração e criação de novos empregos; atração de investimentos privados para novos empreendimentos agropecuários; estímulo ao estabelecimento de empresas comerciais, industriais e de serviço no território do município, com redução ou renúncia de carga tributária municipal, e doação de áreas urbanizadas específicas para instalação de projetos que gerem emprego e renda a curto prazo; levantamento das potencialidades e identificação dos recursos naturais em matérias-primas disponíveis, para divulgação ao empresariado mineiro e nacional; estabelecimento de cursos preparatórios para especialização de

mão-de-obra, especialmente nos setores da agroindústria e da informática; incentivo à organização de entidade de classe, como meio de alcançar a difusão das experiências individuais, integração ao mercado regional, fomento a novas iniciativas e investimento de capitais próprios;

TURISMO

As ações do Governo procurarão garantir um aproveitamento do potencial da atividade turística no âmbito do território municipal para geração de divisas, criação de empregos e geração de renda. A meta é tornar o produto turístico municipal conhecido nacional e internacionalmente, mediante a divulgação de imagens, textos, e disponibilização de informações sobre as belezas cênicas e recursos naturais existentes por todos os meios disponíveis. O desenvolvimento de um programa integrado de turismo e ecoturismo serão objetos de atuação governamental. Contase com a participação e parceria da iniciativa privada para a realização de infraestrutura de apoio aos visitantes.

A alocação de recursos na área deve ser orientada preferencialmente para o planejamento, a capacitação de recursos humanos, e a divulgação. Os principais objetivos para o período de 1998/2001 são os seguintes: levantamento e identificação precisa das potencialidades turísticas, e estabelecimento de um plano de utilização, visando obter o certificado específico de “Município Turístico” junto à Embratur Empresa Brasileira de Turismo, ponto de apoio para se alavancar investimentos para o setor; ordenamento e desenvolvimento da atividade turística com apoio especializado de órgãos do governo estadual e federal e coordenação mediante parceria com a iniciativa privada; treinamento e qualificação profissional de recursos humanos para atuação como agentes locais; promoção de ações sistemáticas de marketing turístico em nível nacional e internacional;

MEIO AMBIENTE

As ações do Governo nesta área limitar-se-ão a estratégias de uso dos recursos naturais com adoção de medidas de preservação, gestão ambiental participativa e parceria com órgãos estaduais e federais que atuam no setor. Neste aspecto somam-se as ações programadas para a área de Agricultura.

Os principais objetivos para o período de 1998/2001 são os seguintes: promoção da educação ambiental mediante difusão da gestão sustentável dos recursos naturais, através da divulgação e uso de técnicas pedagógicas no âmbito das escolas municipais, disponíveis para a população de forma geral; promoção de parceria entre o poder público e a sociedade civil, dispensadores de atenção para conservação da diversidade biológica local, inclusive com incentivo à formação de entidades preservacionistas de caráter não governamental no território do município; implementação de conselho municipal específico, para gestão, fiscalização e proposição de políticas públicas para o setor; gestões para criação e implantação de parques municipais; recuperação das matas ciliares;

DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A atuação governamental neste setor será orientada para a melhoria da qualidade de vida e redução de desigualdades sociais aqui existentes. Além da preocupação com a eficiência, a eficácia e a equidade na alocação de recursos públicos na área da seguridade (assistência social, e saúde), bem como nos setores da educação, saneamento básico, habitação, desenvolvimento urbano e trabalho, o

governo procurará descentralizar as ações, além de incentivar e permitir a participação da sociedade na condução de iniciativas na área. Os principais objetivos para o período 1998/2001 são os seguintes: Na área da assistência social: atendimento a crianças e adolescentes, especialmente aqueles em situação de risco social e pessoal, prostituição, drogas, gravidez precoce, analfabetismo, trabalho forçado e violência; auxílio aos idosos e pessoas portadoras de deficiências que sejam desprovidas de meios para sua sustentação, na obtenção do benefício de prestação continuada do Governo Federal; apoio a pessoas portadoras de deficiências para promoção de sua integração à vida comunitária, custeando transporte e estada em cidades providas de recursos para habilitação e reabilitação; distribuição de alimentos, medicamentos, aparelhos auditivos, visuais e de locomoção para pessoas e famílias desprovidos de meios para adquirilos; auxílio específico às famílias em situações de desamparo, desabrigo, e ajuda para funerais, registros, obtenção de documentos, e transporte de pessoas e bens; construção e manutenção de um abrigo para idosos e desamparados na sede do Município; auxílio específico às gestantes e portadores de deficiência, especialmente mediante a implantação de casas de apoio à gestante; implantação e manutenção de programas de suplementação alimentar; desenvolvimento de programas de profissionalização e formação de mão-de-obra em parceria com organismos governamentais e não governamentais, dentre os quais o SENAC, Sesi e SENAI; apoio a entidades de caráter assistencial; Na área da saúde: término da construção, na sede, do hospital municipal Dr. Joaquim Brochado e seu aparelhamento, dotando-o de centro cirúrgico para intervenções simplificadas, salas para exames clínicos e radiológicos, procedimentos emergenciais, e demais dependências de apoio à internação; ampliação das instalações das unidades de saúde existentes, e complementação de seu aparelhamento; treinamento e habilitação de recursos humanos para atenção integral à prevenção; instalação dos Programas de Saúde da Família (PSF) e Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e obtenção de condição para gestão parcial do Sistema Único de Saúde; participação em consórcios regionais de saúde para obter um sistema de referência e contrareferência adequado, em favor do atendimento da população alvo; reforço e modernização da área de vigilância sanitária; redução da incidência e prevalência de doenças transmissíveis, particularmente as endêmicas; redução da taxa de mortalidade infantil para percentuais aceitáveis e abaixo da média nacional, compreendendo: promoção da vacinação de 100% da população menor de 5 anos com vacina tríplice, BCG, antipoliomielite e antisarampo; redução da desnutrição, causa básica associada à grande parte dos casos de morte na infância, mediante atendimento direto a crianças desnutridas e gestantes em risco; implementação de ações de saneamento, visando proteger e melhorar as condições de vida e saúde, tanto no meio ambiente urbano quando nas comunidades rurais existentes; implementação de programas de planejamento familiar; implantação de atendimento descentralizado mediante a aquisição de unidades móveis de saúde, especialmente destinadas ao atendimento médico-odontológico; Na área da Educação: melhoria da qualidade de atendimento educacional às crianças de pré-escol (0 a 6 anos) e do ensino fundamental, bem como a jovens e adultos que não concluíram este nível de ensino; implantação do CBA Ciclo Básico de Aprendizagem nas escolas municipais; construção de unidades escolares polarizadoras na sede e nos distritos e povoados, específicas para nucleação do alunado oriundo das regiões rurais próximas, e ampliação de vagas do ensino pré-escolar e fundamental; garantia de melhores condições educacionais aos alunos do ensino fundamental; distribuição gratuita de material didático e pedagógicos aos alunos das escolas públicas municipais; execução de política de valorização do magistério do ensino fundamental, incluindo o gerenciamento de planos de carreira atualizados e salários compatíveis; gestões para implantação e manutenção de pólos de informática nas escolas municipais nucleadas; manutenção de programas avançados de aprendizagem do saber, através de tele-salas e TV-escola, nas escolas municipais; ampliação do acervo bibliográfico nas escolas

municipais; preparo e distribuição de suplementação alimentar no âmbito das escolas municipais; disponibilização de ações preventivas e curativas na área da saúde do escolar, com assistência médica, psicológica, e odontológica; promoção do aprimoramento técnico dos profissionais do magistério, apoiando a formação de nível superior e especializações; aparelhamento das escolas com equipamentos indispensáveis e diversificado para auxiliar no processo ensinoaprendizagem; implantação do programa bolsa escola, destinado a prestar auxílio financeiro à família do educando; construção de quadras poliesportivas nas escolas nucleadas; auxílio à escola fazenda, atendendo às crianças e adolescentes com formação e aprendizagem em agropecuária com estudos regulares nos ensinos fundamental e médio; construção e municipalização de creches com atendimento às crianças do maternal ao pré-escolar (o a 6) anos; auxílio financeiro e estratégico aos estudantes comprovadamente carentes, pré e pós ingresso na Universidade; implantação do programa “Saúde do Escolar” em convênio com o FNDE; criação do centro de capacitação para aprimoramento pedagógico e acesso às novas técnicas de ensino dos professores da rede pública e para o desenvolvimento de outras ações e atividades educacionais; construção de unidades para atendimento pré-escolar nos bairros Barroca, Cruzeiro, Santo Antonio e outros; implantação dos programas Procap e Procad.

Na área de Saneamento construção de rede de esgotamento sanitário e respectivas estações de tratamento na sede, distritos e povoados; melhorias no sistema de captação, reservação e distribuição de água potável com a ampliação da Estação de Tratamento na sede; implantação de estação de tratamento e aproveitamento de re íduos sólidos, e melhoria da coleta domiciliar do lixo com modernização dos equipamentos utilizados;

universalização dos serviços, garantindo o atendimento, em nível essencial, a todas as famílias; melhoria e ampliação da rede de distribuição de água; urbanização do Córrego Canabrava, na sede do Município, inclusive com a construção de emissários da rede de esgotamento sanitário, sistemas de tratamento de esgoto, e pontes nas ruas Francisco Rodrigues da Silva, Santa Luzia, Curitiba e Avenida São João; expansão do sistema de esgotamento sanitário; Na área da habitação estruturação da legislação municipal sobre obras e de fiscalização das construções, flexibilizando métodos de licenciamento de residências, diminuindo taxações e demais obrigações de encargo do cidadão, visando facilitar o acesso à moradia; disponibilização gratuita de projetos técnicos padronizados para residência unifamiliar; formulação de programas de erradicação de submoradias nas zonas u banas, buscando dar condições mínimas de dignidade, segurança e conforto às residências da população de baixo poder aquisitivo. Na área do desenvolvimento urbano

estruturação de legislação municipal sobre uso e ocupação de solo urbano, de forma a propiciar crescimento ordenado e sem gerar encargos aos cofres públicos; melhorias na gestão dos serviços urbanos básicos nas áreas de saneamento, habitação, saúde, educação e segurança pública; melhoria no aspecto geral das zonas urbanas da sede do Município, dos distritos e povoados, com execução de obras de ajardinamento, drenagens, iluminação pública, pavimentação de vias e logradouros, e serviços de limpeza regulares; regularização fundiária, com adoção de medidas necessárias ao fornecimento de documentos de propriedade aos atuais ocupantes dos lotes urbanos; apoio material aos órgãos estaduais de promoção da segurança pública, justiça e cidadania no território do município; disponibilização de meios adequados para instalação, na sede do município, de representações do serviço público estadual e federal em todas as áreas possíveis; construção, conservação e urbanização de praças, parques e jardins; implementação do plano diretor de desenvolvimento urbano como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana;

Na área do desporto difusão e financiamento da prática de atividades esportivas; promoção de iniciativas que permitam a integração da criança, do adolescente, da pessoa portadora de deficiência

e do idoso, em práticas desportivas; estabelecimento de programas de capacitação de recursos humanos para disseminação da prática correta dos jogos e de suas regras oficiais; construção de equipamentos de lazer e práticas desportivas nos bairros da sede do Município e nos distritos e povoados para universalizar o acesso; incentivar a participação de equipes locais em disputas regionais e estaduais; execução de obras de infraestrutura em campos de futebol, especialmente com a implantação de gramados e outros equipamentos; construção de clubes e aquisição de equipamentos de lazer e práticas desportivas para universalizar o acesso; reforma e manutenção do Estádio Rio Preto; promoção e apoio a eventos esportivos e comemorações cívicas; conclusão física e operacionalização do ginásio de esportes municipal.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nos próximos quatro anos, o Governo Municipal intensificará os esforços para que a gestão pública tenha eficiência, capacitando a administração municipal para formular e executar políticas públicas em bases modernas e eficientes, evitando por todos os modos cair na degradação dos serviços públicos que impera no país.

Os principais objetivos para o período de 1998/2001 são os seguintes: Na área de Planejamento e Administração Pública definição do papel e das competências de cada secretaria de governo, da própria administração municipal, e descentralização do processo de execução para melhorar a alocação de recursos e compartilhamento de suas responsabilidades com as demais esferas de governo; implantação gradativa de atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações governamentais, pela capacitação técnica e gerencial dos servidores efetivos; incentivo à autonomia das unidades consultivas, para capacitá-las ao processo de diagnósticos de suas áreas específicas, visando efetuar proposição de gestões públicas eficazes; capacitação sistemática e permanente de recursos humanos, com sistema de incentivo por mérito e eficiência e avaliação de desempenho semestral; manutenção e adequação da infraestrutura física, inclusive informatização, necessária ao bom desempenho das funções dos Poderes Executivo e Legislativo; implantação de sistema de previdência e assistência; Na área do Desenvolvimento Regional participação em organismos e instituições intergovernamentais formados em nível de Região Noroeste e do Entorno do Distrito Federal, para mútua colaboração e cooperação técnico-institucional; integração aos consórcios que forem estabelecidos para propiciar melhorias nos sistemas de atendimento de necessidades básicas comuns da população; Na área da defesa judicial e extrajudicial do Município garantia do adequado patrocínio dos interesses do Município nos fóruns diversos, com privilégio para o fórum da Comarca de Unaí(MG). Na área fiscal e fazendária fortalecimento da capacidade operacional e normativa da Secretaria da Fazenda do Município, visando alcançar controle do cumprimento voluntário das obrigações tributárias, bem como evitar e reduzir a evasão fiscal; construção de uma gestão financeira municipal com instrumentos modernos para administração da dívida pública; estruturação de sistema de controle interno, dotando o Poder Executivo de informações confiáveis sobre o andamento de ações, programas e projetos governamentais, bem como para fornecê-las ao Legislativo; formulação de parceria e apoio às ações operacionais da Secretaria de Estado da Fazenda, visando a correta identificação de produtores e contribuintes e levantamento anual do Valor Adicionado Fiscal; contratação de operações de crédito interno, especialmente as destinadas ao financiamento de programas governamentais específicos, dentre os quais o Somma, para a execução das atividades de saneamento básico e modernização administrativa.

Unai , 9 de março de 1998.

JOSÉ BRAZ DA SILVA
Prefeito Municipal

ADELSON JOSÉ DA SILVA
Chefe de Gabinete

JOSÉ GOMES BRANQUINHO
Secretário da Fazenda